

# Acordo amplia direitos de domésticas

BRASÍLIA — Assim como os demais trabalhadores, as empregadas domésticas terão o direito de receber um terço a mais do seu salário durante as férias, além do aviso prévio, do salário-mínimo, da aposentadoria e do décimo-terceiro salário. Elas terão ainda assegurados o repouso semanal remunerado, a irredutibilidade do seu salário e a integração à Previdência Social.

Dispositivo nesse sentido foi aprovada ontem na Assembléia Constituinte por acordo entre os partidos e o Centrão, a partir de uma proposta da Deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Para obter o acordo, ela abriu mão de três direitos às domésticas que constavam do texto original de sua emenda: jornada de trabalho de 44 horas semanais; 50 por cento de hora-extra e licença maternidade de 120 dias.

A emenda foi aprovada quase por unanimidade. Dos 370 presentes, 361 votaram a favor, três contra e seis se abstiveram. O texto é idêntico ao que já havia sido aprovado pela Comissão de Sistematização e substituiu a proposta do Centrão, que remetia para a lei ordinária a definição dos direitos às domésticas.

Também por acordo, entre a Liderança do PMDB e o Centrão, foi aprovada emenda remetendo à lei ordinária a aplicação ao meio rural de vários direitos dos trabalhadores, entre eles o FGTS e a duração da jornada de trabalho.

O Líder do PMDB, Senador Mário Covas, anunciou ao final da votação que tinha feito acordo com o Centrão para, no segundo turno, retirar da relação dos itens que serão regulamentados em lei ordinária a duração da jornada de trabalho, de modo que ao trabalhador rural fique automaticamente assegurada, desde a promulgação da Constituição, o máximo de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

Outros sete direitos abrangidos pela emenda aprovada ontem somente entrarão em vigor depois que o Congresso Nacional votar lei determinando sua aplicação ao trabalhador rural. São eles: Fundo de Garantia, remuneração superior para o trabalho noturno, participação nos lucros das empresas, remuneração maior do serviço extraordinário, licença de 120 dias para a gestante, adicional por insalubridade e assistência gratuita aos filhos ou dependentes menores de seis anos.

## Líder de donas de casa acha decisão 'absurda'

A Presidente da Federação das Associações das Donas de Casa do Rio de Janeiro, Graciete Sant'Anna, classificou como "absurda e irresponsável" a decisão da Constituinte de conceder às empregadas domésticas os mesmos direitos das demais categorias profissionais.

— Isto inviabilizará totalmente o trabalho doméstico. Com exceção de alguns milionários, ninguém mais terá condições de contratar uma empregada. Confirmada esta decisão, a Constituinte estará provocando uma crise de desemprego sem precedentes — protestou Graciete.

Em São Paulo, a ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas foi defendida pela Presidente da Associação das Donas de Casa (que reúne cerca de dez mil associadas), Maria do Carmo.

— Estas exigências provocarão um ônus ainda maior para as famílias. Por outro lado, terão seu aspecto positivo, pois obrigarão uma melhor profissionalização das empregadas domésticas. Além do



mais, as patroas terão maior segurança ao contratar uma empregada, porque o seu registro em carteira evitará que as famílias sejam vítimas de mulheres que procuram empregos em casas para roubar — disse Maria do Carmo.

A Presidente da Associação Profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro, Nair Jane, não concorda com o "fatalismo de Graciete Sant'Anna" e diz que, ao contrário do que as donas de casa afirmam, o nível de emprego das empregadas domésticas aumentará em quantidade e qualidade.

## Lucena pede prioridade para sistema de governo

BRASÍLIA — O Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), fará hoje um discurso em defesa da soberania da Constituinte, na sessão solene de reabertura do Congresso. Sustentará que a definição do sistema de governo e do mandato do Presidente Sarney é prioritário para que o País ganhe estabilidade política e a própria Assembléia possa trabalhar com maior tranquilidade.

Lucena pedirá aos políticos que contribuam para o desarmamento dos espíritos. Propará, também, que os debates sobre a conjuntura política sejam transferidos para as sessões da Câmara e do Senado, uma vez que é ao Congresso que compete fiscalizar o Governo. Desta forma, dirá, a Constituinte ficará livre para realizar os seus trabalhos. Em outro trecho do discurso, o Senador advertirá que o Governo não pode interferir na Constituinte.

O Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, distribuiu uma nota defendendo a necessidade de aceleração dos trabalhos da Assembléia. Segundo a nota, "há uma incerteza dominando o Brasil que complica as relações sociais, empresariais e, mesmo, as relações jurídicas".

Por sua vez, o Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) discursou ontem para dizer que está perfeitamente caracterizado o choque entre o Presidente José Sarney e a Constituinte. Ele manifestou o seu receio quanto a uma convulsão social, decorrente do conflito entre o Executivo e o Legislativo. E pediu à classe política — em especial ao Presidente Sarney e ao Deputado Ulysses Guimarães — que atuem no sentido de que "venha à tona o bom senso".

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMD-SP) afirmou, também em discurso, que "há uma inquietação generalizada". Ele se disse temeroso de que "se acentue a ojeriza ao trabalho que vem marcando as aprovações da Constituinte e de que perdue o quase carinho para com os prisioneiros no instante em que os indicadores mostram o crescimento da criminalidade". E defendeu a aceleração dos trabalhos da Assembléia "para que a Nação tenha os seus rumos definidos logo".

# Ulysses anuncia votação mais rápida

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, anunciou ontem, após reunião com as lideranças, um conjunto de decisões para agilizar as votações em plenário, embora a votação em bloco tenha sido rejeitada por unanimidade.

A partir de hoje, as sessões matutinas serão dedicadas ao pequeno expediente e às lideranças, e a tarde ficará reservada exclusivamente às votações. O novo horário também inclui sessões nos fins de semana.

A seus interlocutores, Ulysses disse que está correndo contra o tempo. Pelas suas contas, se as votações não andarem mais rápidas, a Constituinte poderá levar até cinco meses para concluir os trabalhos. Por isso, insistiu na tese da votação em bloco, que simplesmente desconsideraria as emendas destacadas pelos parlamentares, reunindo em um único conjunto todas as propostas relativas a uma determinada matéria.

Após conversar de manhã com os Deputados Amaral Neto (PDS-RJ), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Luiz Eduar-

do Magalhães (PFL-BA), José Lourenço (PFL-BA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) Brandão Monteiro (PDT-RJ) e o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), Ulysses convocou a reunião formal com os Líderes partidários e dos grupos para tentar aprovar as sugestões visando a apressar as votações.

Os Líderes acataram as propostas de utilização mais eficaz da prerrogativa regimental de se realizar a fusão de emendas, que basicamente tem sido a estratégia para os acordos entre o PMDB e o Centrão. Comprometeram-se ainda a convencer as respectivas bancadas a aceitar a co-autoria de emendas e reconhecer, sem empecilhos, quando elas estiverem prejudicadas por propostas votadas anteriormente sobre o mesmo tema. Além disso, concordaram com o encurtamento dos discursos para encaminhar votações e com a nova destinação das sessões matutina e vespertina.

Só não foi possível acertar a votação em bloco, rebatida com veemên-

cia por todos os líderes.

Segundo o Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a votação em bloco causaria dois problemas cruciais. O primeiro, de ordem regimental, porque o critério fere tanto o Regimento original como a resolução aprovada pelo Centrão; e o segundo de ordem política, "pois um restrito grupo de Líderes decidiria sobre a validade de uma emenda destacada para votação".

— Nós estaríamos correndo o risco de uma reação de proporção até maior do que a que vimos na Sistematização. Estaríamos com isso incentivando a formação de novos grupos de reação, de um Centrão de segunda classe — argumentou Sant'Anna.

Para o Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, as decisões tomadas ontem não alteram o que vem sendo feito sistematicamente. Ele defendeu a tentativa de novas fusões de emendas e a redução dos horários de oratória, mas criticou a votação em bloco.

Telefoto de Sérgio Marques



Ulysses preside reunião com lideranças partidárias para agilizar votação

# Constituintes apóiam editorial do GLOBO

BRASÍLIA — Diversos parlamentares comentaram o editorial publicado pelo GLOBO em sua edição de ontem. A análise feita pelo jornalista Roberto Marinho, Diretor-Redator-Chefe do jornal, foi elogiada por, entre outros, pelo Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que considerou o texto "de grande visão crítica no sentido de um governo democrático, com autoridade, sob a chefia do Presidente Sarney".

O editorial inspirou o Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), a redigir um manifesto para que os parlamentares se comprometam a levar adiante a transição, de forma democrática e pacífica. O Senador recolherá a assinatura de todos os Constituintes.

O Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) viu o editorial como "um chamamento à responsabilidade do Estado como um todo, incluindo os três Poderes e a Constituinte". O Senador Carlos Chiarelli (PMDB-RS), por sua vez, concordou com o apelo para que o Governo exerça sua função de governar. Ele disse que mais importante do que se discutir o prazo para a realização das eleições presidenciais é a boa administração pública.



Passarinho: manifesto pela transição



Afif: chamado à responsabilidade

Já o Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, enviou um telegrama parabenizando o jornalista Roberto Marinho pelo artigo. Collor afirma que o texto constitui "importante contribuição ao esperado restabelecimento dos deveres de quem governa e legisla neste País". O Líder do PDT, Brandão Monteiro, definiu como "extremamente importante o editorial publicado pelo GLOBO, na medida em que cobra do Pre-

sidente Sarney o exercício efetivo de seu mandato".

Outro a se pronunciar sobre o texto foi o Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Neto (PDS-RJ). Ele ressaltou o direito de todo o cidadão e de qualquer Diretor de jornal manifestar a sua opinião sobre a situação política do País. Amaral definiu o editorial como "uma reprimenda ao Presidente Sarney".

## Parlamentares rebatem acusações do Presidente

BRASÍLIA — Em pronunciamentos no horário reservado às lideranças partidárias, vários parlamentares contestaram ontem as críticas que o Presidente José Sarney fez à Constituinte no programa "Conversa ao Pé do Rádio". O Deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ) disse que as minorias radicais — acusadas por Sarney de tentarem desestabilizar o processo democrático na Constituinte — "podem existir, mas não têm qualquer força". Ele considerou graves os ataques do Presidente à Constituinte, tanto no rádio como na entrevista publicada domingo pelo

GLOBO. — O Governo está à deriva, sem política ordenada, envolvido em tropeços, acenando para a população com velhos fantasmas que pensávamos desaparecidos — disse D'Ávila.

O Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) negou a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal ou qualquer poder constituído julgar os atos da Constituinte.

— O próprio órgão judiciário oporia à pretensão sua incompetência para julgar decisões da Constituinte. E, se o direito afirmado na petição inicial não estiver contido no novo

sistema gerado pela Constituinte, estará criada sua impossibilidade jurídica.

Pela liderança do PTB, o Deputado Sólton Borges dos Reis (SP) negou que a Constituinte seja a causa das dificuldades do Governo:

— Ao contrário, o Governo é que tem dificultado e atrasado a marcha da elaboração constitucional.

O Deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) ficou satisfeito ao saber que Sarney quer se adaptar ao parlamentarismo, que, para o parlamentar, poderá corrigir distorções enfrentadas pelo regime republicano.

**DÊ AO SEU HOUSE-ORGAN A ESTRUTURA DE UM GRANDE JORNAL.**

Chame a Agência O Globo para tudo o que precisar: matéria, fotos, diagramação e edição, produção e impressão. Telefone agora mesmo. O jornal da sua empresa tem muito a ganhar com a nossa experiência e o nosso jornal.

**AGÊNCIA GLOBO NOTÍCIAS**

Rua Iruya Marinho, 35, Tel. 272-2000, ramais 229, 395 e 438. Telex (022) 31614

**todos os livros e material escolar indicados por seus professores?**

na livraria **SARAIVA** - A mais completa - **tem.**

R. 7 de Setembro, 73  
No coração do Rio